

**PARA ALÉM DA
QUARENTENA:**
REFLEXÕES SOBRE
CRISE E PANDEMIA

ANA LOLE ■ **INEZ STAMPA**
RODRIGO LIMA R. GOMES [ORGS.]



mórula
EDITORIAL

Cortar ou não cortar, eis a questão. Crise orgânica, tensões no bloco social dominante e ajustes na austeridade fiscal

RODRIGO CASTELO⁶⁷

*“Ser ou não ser, eis a questão: será mais nobre
Em nosso espírito sofrer pedras e setas
Com que a Fortuna, enfurecida, nos alveja,
Ou insurgir-nos contra um mar de provações
E em luta pôr-lhes fim? Morrer... dormir: não mais.”*

[**WILLIAM SHAKESPEARE**, Hamlet]

A hegemonia conquistada pelas frações rentistas do bloco social da supremacia burguesa, desde os anos 1980 até hoje, é um momento ímpar na história do modo de produção capitalista e alcançou, a partir de um desenvolvimento desigual e combinado, praticamente todas as formações econômico-sociais no mercado mundial. Uma das expressões concretas dessa hegemonia na materialidade do poder estatal é a austeridade fiscal. Não à toa, a política de austeridade é o primeiro item dos dez pontos do Consenso de Washington e se tornou uma espécie de catequese fundamentalista do *mainstream* burguês.

O alcance e os impactos da hegemonia rentista e da austeridade fiscal são impressionantes, pois distintos grupos das lutas de classes aderiram ao círculo de ferro do neoliberalismo nas últimas quatro décadas. No centro

imperialista, partidos social-democratas, após serem massivamente cooptados pelas forças dominantes, foram executores diligentes do projeto neoliberal, abrindo espaço para a difusão do social-liberalismo em todo o mundo. Nas semiperiferias e periferias dependentes, os cânones neoliberais, mediados pela dominação imperialista, ganharam ares de receituário e foram aplicados com afinco por governos conservadores e democrático-populares, inclusive na vulgata neodesenvolvimentista. Por fim, um dos últimos bastiões foi conquistado com a cooptação da extrema-direita fascista que, no seu passado, rejeitou ideias motrizes do liberalismo e defendeu modelos de forte intervenção estatal na acumulação capitalista mas, no presente, aderiu sem vacilação à ortodoxia econômica. Resta, ainda, uma pequena e brava resistência nas fileiras comunistas e socialistas.

Com o início da crise orgânica em 2008, o cenário mudou. Diante dos efeitos da crise, Estados nacionais imperialistas e dependentes adotaram tímidas políticas anticíclicas de estímulo à reativação da acumulação capitalista e de alívio às expressões mais agudas da “questão social”. Em determinadas situações extremas, medidas estatizantes foram tomadas para salvar grandes empresas capitalistas. Passado o pior, os ajustes fiscais draconianos voltaram à cena.

Com a pandemia decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020, podemos constatar o agravamento da crise orgânica e novos abalos na hegemonia rentista, algo impensável nos últimos anos. Demandas por redução das taxas de juros, perdão de dívidas de consumidores e pequenas empresas, recuo na política recessiva de corte de gastos e aumento da intervenção estatal surgem de todos os lados, inclusive de setores da alta burguesia como veremos a seguir.

A partir dessas mudanças na conjuntura, a tese aqui defendida é a seguinte: as críticas às políticas de austeridade fiscal expressam tensões e atritos no bloco social burguês, o que aumentará as contestações à hegemonia rentista. Essa nova conjuntura da crise orgânica não significa,

contudo, o fim imediato desta hegemonia, ou mesmo num período próximo, mas abre possibilidades históricas de uma atuação mais decisiva e contundente da classe trabalhadora na luta contra o poder rentista. E tais tensões e atritos expressam igualmente algo mais profundo: abalos e fissuras no bloco histórico neoliberal. São distintas camadas da realidade que, analisadas em uma unidade contraditória, moldam o quadro da crise orgânica.

Vejam os alguns fatos que ajudam a dar concretude a nossa tese, começando pela tríade imperialista (Estados Unidos, União Europeia e Japão) e, depois, nos concentraremos no Brasil. Nos Estados Unidos, Donald Trump sancionou em março de 2020 um acordo parlamentar que injeta US\$ 2 trilhões na economia estadunidense⁶⁸, considerada a maior intervenção econômica da história daquele país. Grande parte dos recursos estatais será destinada a salvar empresas, enquanto uma fração menor irá para desempregados e gastos com a saúde. Na Europa, medidas de alívio aos efeitos da crise partiram do governo inglês de Boris Johnson, parceiro de primeira hora de Trump, fazendo um aporte vultoso de £30 bilhões, quantia que não era aplicada desde a Segunda Guerra Mundial⁶⁹. Países-membros da União Europeia, como Alemanha, França, Espanha e Itália, anunciaram celeremente pacotes anticíclicos nacionais e negociam um pacote supranacional de proporções inéditas que pode alcançar €500 bilhões⁷⁰. E, no Japão, o governo federal, comandado por forças de extrema-direita, coloca em prática um pacote de intervenção econômica da ordem de €1 trilhão⁷¹.

No Brasil, o início da crise orgânica com as Jornadas de Junho em 2013 trouxe os primeiros desafios à manutenção da hegemonia rentista no país⁷², mas esta se manteve praticamente intacta, inclusive com a reafirmação de medidas de austeridade fiscal pelo governo Dilma Rousseff de 2013 até o golpe parlamentar-jurídico de 2016. A ascensão de Michel Temer à presidência e a eleição do fascista Jair Bolsonaro fortaleceram a hegemonia

rentista, que chegou ao ponto de ganhar *status* de constitucionalidade com a Emenda Constitucional do teto dos gastos, a famigerada EC95, dentre tantas outras medidas jurídicas, administrativas e culturais que blindam o poder rentista de qualquer controle democrático.

De todo modo, a forte queda no crescimento econômico e nas taxas de lucro do grande capital monopolista desde 2014 tem aumentado as tensões e atritos dentro do bloco social dominante, e tudo indica que esta tendência continuará no atual governo. Por um lado, Bolsonaro abandonou suas antigas crenças no maior controle estatal na economia e passou a louvar o livre mercado, com o objetivo de atrair grupos da alta burguesia para as suas bases eleitorais e sociais. O fiador do acordo bem-sucedido entre o novo convertido e as elites econômicas é Paulo Guedes, economista formatado no credo da Escola monetarista de Chicago. Fiel à cartilha neoliberal, Guedes mostra serviço desde os primeiros dias da sua nomeação com corte de gastos, anúncio de privatizações, parcerias público-privadas, ofensas ao funcionalismo público e etc.. Assim, Bolsonaro e seu ministro da Economia reafirmam cotidianamente os compromissos firmados com o grande capital monopolista e recebem de volta apoios e aplausos — diga-se a verdade, cada vez mais tímidos e silenciosos, mas decisivos para a manutenção de ambos no Planalto Central.

De outro lado, a nova conjuntura da crise orgânica aberta pela pandemia coloca em xeque a política ultraneoliberal de Guedes. O crescimento de 1,1% do PIB no primeiro ano do governo Bolsonaro foi menor do que a média no governo Temer, que já tinha sido pífio. Agora, tudo indica uma queda fortíssima no biênio 2020-2021, que pode se agravar caso as políticas de austeridade fiscal não sejam afrouxadas, ou mesmo abandonadas. E a pressão por mudanças na política econômica partem de várias frentes, inclusive de grupos internos do *status quo*. A questão que se impõe, portanto, é: estarão os rentistas dispostos a cortar na carne para salvar a própria pele? Ou em termos mais precisos: a alta burguesia sacrificará parte da

acumulação de riqueza, numa formação econômico-social semiperiférica como a brasileira, em nome de uma supremacia baseada no consenso?

Num contexto de profunda estagnação econômica, de instabilidade política no andar de cima da pirâmide social e de avanço da pandemia, o aumento dos gastos sociais tornou-se uma necessidade imperativa e o governo cedeu, a contragosto, na pauta da austeridade fiscal. No dia 18 de março de 2020, a presidência da República encaminhou pedido ao Congresso Nacional para decretação do estado de calamidade pública, com o objetivo de afrouxar as regras fiscais e elevar os gastos sociais. O pedido foi aprovado no Senado, a toque de caixa, dois dias depois do seu envio.

Feito isso, o Ministério da Economia reviu a previsão de *déficit* nas contas públicas de R\$124 bilhões para R\$ 429 bilhões, o maior valor da série histórica. Paulo Guedes, todavia, não perdeu a oportunidade de declarar, na fatídica reunião ministerial do dia 22 de abril, que a direção intelectual-moral continua apontando para a hegemonia rentista e os cofres públicos abastecerão as grandes empresas. Nas suas palavras, “na conversa com os ministros da Fazenda lá de fora eu disse que nós estamos com um déficit extraordinariamente alto esse ano. É da mesma forma que eles, tá todo mundo na mesma direção, só que nós caímos no chão, tá uma confusão. Tiro, porrada e bomba, mas nós não perdemos a bússola. A gente cai, levanta e sabe para onde nós temos que ir”⁷³.

Com a decretação do estado de calamidade pública, o orçamento federal deixou momentaneamente de ter um limite determinado pelas férreas regras fiscais e o Executivo assegurou que o aumento dos gastos sociais não significará, necessariamente, uma queda nas remunerações dos proprietários dos títulos das dívidas públicas, garantindo, por sua vez, a parcela polpuda do orçamento federal apropriada pelas frações rentistas da burguesia. E vale destacar que a elevação dos gastos sociais é uma resposta focalizada e emergencial ao aumento do desemprego, miséria, fome etc., não

se constituindo, portanto, em uma mudança qualitativa de intervenção estatal nas expressões da “questão social”.

Contraditoriamente, a hegemonia rentista está salvaguardada pelas mais recentes ações de afrouxamento da austeridade fiscal, tida como um dos seus pilares estruturais. Entretanto, setores do governo federal e aclamados intelectuais orgânicos do Estado-maior do bloco social dominante fizeram pronunciamentos públicos sobre a necessidade de novos aumentos dos gastos públicos para amenizar os efeitos mais dramáticos da crise orgânica.

As tensões e choques derivados da condução ultraliberal da austeridade fiscal surgem no próprio Executivo. No dia 22 de abril de 2020, o general Braga Netto, ministro da Casa Civil, articulado com as pastas do Desenvolvimento Regional e da Infraestrutura, anunciou um tímido pacote de R\$ 30 bilhões chamado de Plano Pró-Brasil, voltado para investimentos públicos em obras de grande porte, em especial na área de infraestrutura. O objetivo oficial é a retomada do crescimento econômico, da geração de empregos e a modernização da infraestrutura brasileira. O plano estatal, todavia, apresenta resistências da equipe econômica liderada por Guedes, que não enviou representação para o anúncio oficial. Enquanto o Pró-Brasil defende a necessidade de investimentos públicos, a equipe econômica insiste na predominância da iniciativa privada. Os embates entre Guedes e a Casa Civil militarizada foram tão intensos que, dias depois do anúncio, Bolsonaro foi obrigado a colocar panos quentes na desordem das suas fileiras e declarar que Paulo Guedes era o “homem que decide a economia [...]”. Ele nos dá o norte, nos dá recomendações e o que nós realmente devemos seguir.”⁷⁴ O “Posto Ipiranga” segue no cargo mas se equilibrando na corda bamba e com o prestígio abalado.

Outros sinais de crise no andar de cima da sociedade brasileira surgem na grande mídia, porta-voz de intelectuais orgânicos da burguesia. Antonio Delfim Netto, ex-ministro da ditadura empresarial-militar, signatário do AI-5 e histórico consultor do grande capital, avalia que a atual crise é alarmante

e sugere um plano nacional de recuperação econômica, abolindo momentaneamente os limites orçamentários. Ainda segundo ele, o combate à pobreza e a redução das desigualdades sociais devem ter um peso maior na política econômica⁷⁵.

Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central e administrador de fundos financeiros bilionários, defende, em programas televisivos e artigos de opinião veiculados em jornais de grande circulação, que o Brasil abandone temporariamente a austeridade fiscal e, no seu lugar, adote uma economia de guerra, aumentando gastos na saúde pública e na assistência social, com a adoção de um programa de renda mínima para 100 milhões de brasileiras e brasileiros. Conjugado a esses rompantes humanitários, Fraga, em artigo escrito em coautoria com Vinicius Carrasco e José Alexandre Scheinkman⁷⁶, afaga o capital com a defesa de oferta de uma linha de créditos estatais da ordem de R\$120 bilhões para empresas brasileiras.

Essas declarações e disputas internas no governo Bolsonaro expressam atritos no bloco social dominante. São três exemplos — e outros poderiam ser facilmente agregados — de como intelectuais relacionados ao grande capital monopolista, dentro e fora da máquina estatal, travestidos de uma súbita consciência filantrópica, passam a defender alterações emergenciais e momentâneas na política econômica de austeridade fiscal, conjugando-as com medidas social-liberais de alívio da pobreza, tendo como objetivo o espírito de preservação da supremacia burguesa em tempos de crise orgânica. O tom é de penhorar os anéis para salvar os dedos e retomá-los depois, mesmo pagando uma pequena taxa para isto.

Para usarmos uma fórmula de Gramsci nas análises das crises orgânicas, os de cima não conseguem mais governar como antes e buscam garantir a supremacia pelo aumento da coerção, sem abrir mão de doses mínimas de consenso. Daqui para frente, a violência estatal (e paraestatal) se intensificará sob diversas maneiras. Dentre elas, o Estado, como força organizada das classes dominantes e operador da *violência como potência*

*econômica*⁷⁷, manejará seus instrumentos fiscais de forma crescentemente coercitiva, embora medidas táticas de concessões míseras e pontuais aos subalternos serão percebidas ao longo do processo, visando atenuar os efeitos socioeconômicos crônicos do capitalismo dependente. Essa forma de gestão da supremacia burguesia, contudo, acirrará as contradições sociais.

Assim, na atual conjuntura da crise orgânica, com o aumento nas tensões internas ao bloco social dominante, abrem-se possibilidades concretas (embora ainda muito remotas) de superação do bloco histórico neoliberal. Mas possibilidades não se transformam automaticamente em tendências políticas. Como adverte Gramsci, numa crise orgânica, existem múltiplas saídas históricas: estas podem vir tanto pela revolução socialista como pela alternativa fascista, o que significará o aprofundamento do capitalismo. O que mudará a correlação de forças, determinando os vetores resultantes das lutas de classes, serão a capacidade de organização e consciência das classes sociais. Cabe à classe trabalhadora brasileira e suas organizações forjarem uma unidade classista e se colocarem política e ideologicamente de forma autônoma nas lutas de classes, rompendo ilusões desenvolvimentistas e de conciliação de classes e apontando para um horizonte de superação da hegemonia rentista, do neoliberalismo e do capitalismo dependente.

Apesar dos pesares,
a longa noite não é natural, nem definitiva:
não é hora de morrer,
nem de dormir,
mas sim de lutar e de se insurgir.

REFERÊNCIAS

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, [1981] 2019.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

NOTAS

67 | Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e pesquisador do Coletivo do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Estado, movimentos sociais e acumulação capitalista (Cepemac) e do Grupo de Trabalho sobre Teoria Marxista da Dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

68 | G1. Trump promulga pacote de US\$ trilhões para avaliar impactos do coronavírus na economia. G1, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/27/trump-promulga-pacote-de-us-2-trilhoes-para-aliviar-impactos-do-coronavirus-na-economia.ghtml>. Acesso em: 19 maio 2020.

69 | OSWALD, Vivian. Europa injeta €100 bi para proteger economia da nova pandemia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 mar. 2020. Economia, p.30.

70 | MIGUEL, Bernardo de. União Europeia abre caminho para acordo histórico sobre fundo anticrise. *El País*, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-04-22/uniao-europeia-abre-caminho-para-acordo-historico-sobre-fundo-anticrise.html>. Acesso em: 19 mai. 2020.

71 | CHARLES, Frédéric. Crise do coronavírus: o Japão também entra em recessão histórica. *UOL*, São Paulo, 18 mai. 2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/05/18/crise-do-coronavirus-o-japao-tambem-entra-em-recessao-historica.htm>. Acesso em: 19 mai. 2020.

72 | Sobre a hipótese de crise orgânica no capitalismo dependente no Brasil no tempo presente, recomendo a leitura do texto *Crise orgânica, recessão econômica e lutas de classes no Brasil em tempos de pandemia*, de minha autoria, publicado no número 5 (abril de 2020) do boletim da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil) e disponível em: <http://igsbrasil.org/boletins/boletim-5-no1-abril-2020/>

73 | MAZIEIRO, Guilherme. Guedes: vamos usar recurso público com grandes empresas e ganhar dinheiro. *UOL*, São Paulo, 22 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas->

[noticias/2020/05/22/guedes-vamos-usar-recurso-publico-com-grandes-empresas-e-ganhar-dinheiro.htm](#). Acesso em: 24 maio 2020.

74 | MAZUI, Guilherme; MARTELLO, Alexandre. Homem que decide a economia no Brasil é um só: Paulo Guedes, diz Bolsonaro. *G1*, 27 abr. 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/27/homem-que-decide-a-economia-no-brasil-e-um-so-paulo-guedes-diz-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2020.

75 | UOL. Delfim Netto: Coronavírus colocou pobre no foco e mudará política econômica. *UOL*, São Paulo, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/13/delfim-netto-recuperacao-economia.htm>. Acesso em: 19 maio 2020.

76 | FRAGA NETO, Armínio; CARRASCO, Vinícios; SCHEINKMAN, José Alexandre. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 mar. 2020. Veja proposta com 9 itens que garante crédito para empresas suportarem choque do coronavírus. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/veja-9-propostas-que-garantem-credito-para-empresas-suportarem-choque-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 19 maio 2020.

77 | Sobre a categoria teórica de violência como potência econômica, cf. Karl Marx ([1867] 2013), livro I, capítulo 24, seção 6 e Octavio Ianni ([1981] 2019), em especial a primeira parte.

Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia

REVISÃO

Ana Lole

Carla Cristina Lima de Almeida

Inez Stampa

Rodrigo Lima Ribeiro Gomes

DESIGN E DESENVOLVIMENTO

Patrícia Oliveira

ISBN

978-65-86464-15-3

© 2020 MV Serviços e Editora.
Todos os direitos reservados.



R. Teotonio Regadas, 26 – 904

Lapa • Rio de Janeiro • RJ

www.morula.com.br

contato@morula.com.br